



## CULTURA POLÍTICA E COMUNIDADE CÍVICA INFLUENCIAM? – o caso das Associações de Moradores de Itaperuna

Priscilla Alves Juvino Couto<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho propõe discutir como a herança paternalista/patrimonialista portuguesa, discutida por Raymundo Faoro (2000) e enraizada na sociedade e na política brasileira, ainda está presente nas relações políticas do município de Itaperuna, cidade do noroeste do estado do Rio de Janeiro, identificando como esta e outras heranças interferem nas decisões dos representantes políticos e dos cidadãos dessa cidade. Relaciona-se tal conceito, amplamente utilizado, ao de *Path Dependence*, desenvolvido à luz das teorias do movimento neo-institucionalista de Skocpol; Evans; Rueschmeyer (1985), no Brasil, discutido por Antônio Sérgio Araújo Fernandes (2007) e Paulo S. Peres (2008), dentre outros teóricos, para uma melhor compreensão do condicionamento político historicamente enraizado.

**Palavras-chave:** Neo-Institucionalismo. *Path Dependence*. Patrimonialismo. Relações políticas em Itaperuna.

### 1 INTRODUÇÃO

Já é quase clássico nas bibliografias políticas atuais afirmar que a ausência de cultura política é um fato no Brasil. Vemos que a cultura política é cada vez mais discutida nos trabalhos sobre o desempenho das instituições de um país e, como esse fato afeta a realidade de uma dada localidade, torna-se um tema interessante.

No presente trabalho investigamos se a cultura política é um determinante que afeta o desempenho das associações do município de Itaperuna, do estado do Rio de Janeiro. Para que haja um melhor entendimento do tema, também discutimos a trajetória das correntes que se desenvolveram durante o século XX e que afetou as agendas de estudos das ciências humanas sobre as instituições e os dilemas da ação coletiva. Buscamos compreender como tais raízes interferem no processo de

---

<sup>1</sup> Coordenadora do curso Licenciatura em História do Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ). Graduada em História (UNIFSJ) e Mestre em Sociologia Política (UENF).



relações políticas no caso de Itaperuna, examinando como a matriz institucional brasileira se formou de “fora para dentro” como uma herança portuguesa se refletindo ainda hoje na política, segundo explica o paradigma neo-institucional do *path dependence*.

Na segunda seção, abordamos a trajetória das correntes que se desenvolveram durante o século XX e que afetou as agendas de estudos das ciências humanas nesse período, para que haja um melhor entendimento sobre *path dependence*. Buscamos, na seção 3, explorar, na obra de Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder* (2000), o perfil comportamental enraizado na nossa sociedade. Na quarta seção, fazemos uma aproximação dos referenciais teóricos neo-institucionalistas junto das variadas interpretações históricas do Brasil anteriormente destacadas na seção.

## **2 COMPORTAMENTALISMO OU INSTITUCIONALISMO?<sup>2</sup> Um breve histórico dos movimentos intelectuais do século XX**

Vista a importância das crescentes agendas de pesquisas para o estudo das relações políticas, acreditamos ser necessária a caracterização de algumas dessas vertentes, desde o institucionalismo até o programa de pesquisas com bases no *path dependence*, visto que esse último tipo de análise será fundamental para este trabalho. Portanto, iniciamos nossa argumentação baseando-nos em Paulo S. Peres (2008) e Antônio Sérgio Araújo Fernandes (2007), que possuem artigos que debatem essa temática.

---

<sup>2</sup> Aqui nos baseamos em um apanhado geral sobre comportamentalismo e institucionalismo otimamente trabalhado por Paulo S. Peres em seu artigo: “Comportamento ou Instituições? A evolução Histórica do neo-institucionalismo da ciência política” (2008), assim como no conceito de *Path Dependence* por Antônio Sérgio Araújo Fernandes em “*Path dependency* (2007) e nos Estudos Históricos Comparados”.

Inicialmente apresentamos de forma resumida a “evolução” dessas vertentes, das quais Peres (2008) destaca as teorias principais do século XX – Comportamentalismo ou Institucionalismo – e como o novo paradigma do Neo-Institucionalismo afetou três áreas das Ciências Humanas: Economia, Sociologia e Ciência Política.

O Neo-Institucionalismo dividiu-se em três subáreas: Institucionalismo Histórico, Sociológico e de Escolha racional. Peres (2008) pretende, em seu artigo, fazer uma reconstrução histórica do desenvolvimento do Neo-Institucionalismo na Ciência Política, através da “revolução de paradigmas” que, a seu ver, teve dois processos de construção: um de oposição e outro de síntese:

O primeiro, uma oposição radical à abordagem comportamentalista que nasceu nos anos de 1920 e 1930 e se tornou hegemônica ao longo das décadas de 1940, 1950, 1960. [Já o] segundo processo, a articulação sintética de elementos do próprio comportamentalismo com elementos do que se convencionou chamar de antigo institucionalismo. (PERES, 2008, p. 54).

A partir disso, o autor inicia seu discurso debatendo o início de tal teoria e, como ponto de partida, analisa o chamado Antigo Institucionalismo, caracterizado pelas análises especulativas, descritivas e formalistas, e de inspiração na Filosofia Política e no Direito.

Tal paradigma possui formação na busca pelo institucional, que nasce em Aristóteles, passa por Locke (com seu Contratualismo), por Montesquieu (e a centralidade nas leis) e, por último, pelos Federalistas norte-americanos, cujas instituições eram o objeto de estudos. Diante disso, é possível verificar duas escolas dentro desse paradigma: a Escola “dedutiva” ou “axiomática” (de Carl Menger) e, em contraposto, a Escola “histórica” ou “institucional” (de Gustav Schmoller). A segunda vertente prevaleceu à primeira, pois valorizava o institucionalismo, em especial o institucionalismo social, que predominou no pensamento econômico norte-

americano. Destacam-se Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell, no entanto tal escola ainda era demasiada formalista e normativa.

Podemos perceber através de Peres (2008) a preocupação desses institucionalistas em fazer o “bem” através de deduções para melhorar o modelo constitucional, por isso foram criados “desenhos constitucionais” ao invés de se preocupar com o verdadeiro objetivo da política que era estudar a dinâmica real através de dados empíricos e comportamentais.

Após a 2ª Guerra Mundial, a dinâmica real é enfocada com ênfase na investigação factual, hipóteses e generalizações empíricas de comparação, comum à sociologia. Uma necessidade percebida no discurso do Presidente da *American Political Science Association* (APSA) que caracterizava a “Revolução Comportamentalista”, deixando o antigo institucionalismo de lado.

O Comportamentalismo seria, para Peres (2008), uma versão genérica do behaviorismo<sup>3</sup>. Um exemplo da utilização do comportamentalismo seria facilmente encontrado em dois teóricos: Durkheim – que busca demonstrar, na prática, a observação de comportamento como expressão e fonte de coesão/solidariedade social – e Malinowski – com seu método etnográfico da “observação participante”. O behaviorismo também influenciou a Ciência Política a romper com o antigo institucionalismo, gerando quatro fatores práticos fundamentais para o reconhecimento do comportamentalismo no meio intelectual da Ciência Política, sendo eles (op. cit. p. 54):

1º Desvalorização dos trabalhos institucionalistas por parte do governo norte-americano;

2º Incapacidade de explicação por parte dos institucionalistas de fenômenos políticos da época (como nazismo, fascismo e socialismo);

---

<sup>3</sup> Behaviorismo: Psicologia norte-americana de Watson que possui como princípio norteador prever e controlar o comportamento.



3º Ineficácia de aplicação da democracia com capitalismo no pós 2ª Guerra, uma necessidade de explicações que só uma análise empírica comparativa comportamentalista podia dar;

4º Influência de intelectuais europeus exilados na América na formação dos novos cientistas políticos.

Dahl (1961 apud PERES, 2008) destacou a importância da sociologia e da psicologia para o entendimento da política para esses teóricos. Sendo que, logo em seguida, o formalismo econômico foi absorvido pela Ciência Política após 1960, com uma crescente adoção do individualismo metodológico. O Comportamentalismo possibilitou uma interdisciplinaridade entre as Ciências Humanas. Mas, na prática, isso significou o afastamento da Sociologia e da Antropologia desse programa.

Peres (2008) destaca dois pontos característicos da revolução comportamentalista: 1º, posição crítica ao institucionalismo; 2º, proposta de usar interdisciplinaridade. Tal revolução trouxe várias contribuições à Ciência Política como objetividade, generalizações indutivas, material empírico, quantificação, dentre outras. Mas, a revolução comportamentalista entrou em crise, dando espaço ao Pós-comportamentalismo, primeiro nome empregado ao neo-institucionalismo, já que foi interpretado como o desenvolvimento do comportamentalismo. Com a crise comportamentalista vieram as críticas, que se concentraram em suas insuficiências analíticas e dificuldades empíricas de explicar o fenômeno político.

Segundo Dahl (1961, apud Peres, 2008), a multidisciplinaridade comum ao comportamentalismo influenciou na perda de especificidade da Ciência Política, na perda de foco, assim como na consideração da ação individual para explicar os fenômenos políticos subestimava as decisões coletivas, tornando tal método insuficiente.

Ao contrário do que se pensa, o neo-institucionalismo não é a rejeição do comportamentalismo, visto que agrega a preocupação com o rigor teórico deste paradigma, somado com a centralidade das instituições no fenômeno político,

característica do institucionalismo. O diferencial se concentra em tornar novamente as instituições no objeto de investigação política, como contrapõem alguns cientistas sociais às propostas comportamentalistas, pois para estes a ação individual é forjada e circunscrita pelas instituições, através de vários mecanismos formais e informais.

Os institucionalistas estão interessados nas instituições sociais, estatais, que moldam a forma como os atores políticos definem seus interesses e organizam as relações de poder entre grupos. Dessa forma, creem que as instituições usam de constrangimento e restrição para moldar as ações, pois limitam as ações possíveis em uma escala de racionalidade.

Há, para Peres (2008), duas vertentes do neo-institucionalismo: a sociológica e a da ciência política. A primeira considera variáveis explicativas exógenas à própria decisão (socialização política), enquanto que na segunda as variáveis seriam endógenas ao processo decisório. Porém, ambas tomam as escolhas moldadas pelas instituições como unidade de análise.

O neo-institucionalismo, para Fernandes (2007), apresenta fronteiras difíceis de delimitar, pois não há uma única versão dessa corrente, já que ela deriva da oposição e da síntese da escolha racional, concordando assim com Peres (2008). Fernandes (2007) divide-a em variados subgrupos tais como: o institucionalismo econômico (que enxerga as instituições como um sistema de regras que tem a capacidade de superar os dilemas da ação coletiva, diminuindo os custos de transações para que sejam inerentes ao sistema de mercados, deixando mais estáveis as negociações); e o institucionalismo sociológico (que entende as instituições como produto de processos culturais e, portanto, sensíveis às mudanças do ambiente, de uma forma endógena). Seus estudos sempre têm como foco as instituições, analisando como este objeto influencia (ou é influenciado) nas ações cotidianas dos indivíduos/grupos.



Porém, o que realmente vai dominar a discussão desse autor é uma terceira vertente do neo-institucionalismo: o institucionalismo histórico. Apesar de ter nascido como crítica às correntes do comportamentalismo e do pluralismo, o institucionalismo histórico herda alguns fatores das mesmas, como interesses em conflitos entre grupos rivais, a ideia de *polity* como sistema de partes integradas (mas rejeita que ela seja responsável pela conduta social).

O institucionalismo histórico possui sua origem nos estudos de política comparada entre países, em especial nos estudos de economia política comparada, (que o autor identifica em Hall, Berger e Katzenstein e influência de Weber e Polany). O institucionalismo histórico procura construir teorias que possuam a preocupação de explicar o desenvolvimento político e econômico, seja entre países, seja em outras unidades de análise, tendo como variável autônoma as instituições intermediárias, como podemos encontrar na burocracia, ou no eleitorado. Mas é através da evolução da estrutura social, assim como a “trilha de escolha e decisão política dos atores ao longo do tempo” (FERNANDES, 2007), que irão moldar a arena política e definir as instituições.

Fernandes (2007) elege o livro *Bringing The State Back In* (1985), de Skocpol; Evans; Rueschmeyer como um dos mais relevantes, quando o assunto é sobre institucionalismo histórico. Nele, os autores propõem repensar o papel do Estado e a sua relação com a economia e a sociedade, pensando-o como um ator autônomo, capaz de escolher e atingir as metas políticas esperadas. Dessa forma, estes autores estariam rompendo com a agenda vigente de pesquisa sobre o Estado. Observa-se aí que tais autores são inspirados por Weber (1982), pois adotam sua perspectiva acerca do Estado e utilizam da abordagem histórica de investigação.

Em face do exposto, compreende-se a necessidade e a importância dos estudos históricos comparados entre países, pois, dessa forma, há a possibilidade de avaliar a capacidade de autonomia dos Estados através de indicadores institucionais como o grau de centralização e descentralização de autoridade, o



comportamento dos principais atores econômicos e sua relação com o Estado, dentre outros.

Para Fernandes (2007), uma das principais perspectivas para a análise do institucionalismo histórico é a *path dependency*, que enfatiza a força da existência de legados políticos que influenciam nas escolhas políticas presentes ou futuras. Para Kato (apud FERNANDES, 2007), a *path dependency* seriam “fatores em questão num momento histórico particular que determinam variações nas sequências sócio-políticas”. Já Levi (apud FERNANDES, 2007) acredita que a “*path dependency* significa que um país, ao iniciar uma trilha, tem os custos para revertê-la aumentados. Existirão outros pontos de escolha, mas as barreiras de certos arranjos institucionais obstruirão uma reversão fácil da escolha inicial”. A *path dependency* tem sua origem na economia da tecnologia, na qual se trabalha também com a ideia de retorno crescente ou *feed back* (em que se acredita que “a probabilidade de dar um passo à frente no mesmo caminho ou rota estabelecida aumenta cada vez que se avança no próprio caminho”). (Ibidem).

Uma forma para compreender o conceito de *path dependency* é a noção de momento crítico (*critical juncture*), que é caracterizado por uma situação de transição política e/ou econômica vivida por um ou vários países, em um contexto de grandes mudanças, seja ela de uma forma revolucionária seja através de uma reforma institucional. É nesse momento crítico que pode ser gerado o legado que influenciará nas escolhas políticas. Um exemplo que o autor usa é o trabalho de D. Collier e R. Collier sobre o movimento sindical na América latina e como seus legados políticos interferem em tais movimentos, em comparação a outros países com legados e vivências diferenciados.

Fernandes (2007) cita as três lógicas da análise comparada: 1. Demonstração paralela de teoria; 2. Contraste de contextos; e 3. Análise macro causal. A última, para o autor, corresponde mais adequadamente ao conceito de *path dependency*. Um exemplo de trabalho citado pelo autor que utiliza essa lógica macrocausal é o de



Barrington, pois analisa os países traçando as semelhanças entre os sistemas de governos por ele pesquisados, logo em seguida utiliza o método da diferença, para discutir a particularidade de cada sistema e, por fim, contrasta os dois métodos.

O conceito de *path dependency* é utilizado pelos institucionalistas históricos para analisar como as decisões dos atores podem influenciar e (até mesmo) criar instituições, que deixam legados políticos e econômicos. Novas opções de mudanças podem ocorrer e romper com esses legados, como ocorrem nos momentos críticos, criando novos legados, porém os mesmos são quase irreversíveis, como acredita Fernandes (2007).

### 3 CONDICIONAMENTOS POLÍTICOS E PATRIMONIALISMO

É do conhecimento do brasileiro como se deu o processo de colonização e constituição do Brasil. O que geralmente nos passa despercebido é como a influência da formação do Estado português é constante na construção das relações políticas no Brasil. Um importante teórico que aborda esse tema é Faoro em seu livro “Os Donos do Poder” (2000), no qual aborda uma longa historiografia do Brasil. O autor inicia nesse livro desde a formação do Estado de Portugal à República Vargas. Porém, o que nos interessa desse autor é como ele retrata a formação paternalista/patrimonialista do Estado brasileiro.

Podemos identificar Estado moderno de Portugal um capitalismo monárquico, politicamente orientado, que permeia os estamentos, transformando-os em estamentos burocráticos originando-se do “patrimonialismo” de Weber, o que viria a formar o “patronato político brasileiro”. Na ótica weberiana, muito utilizada por Faoro (2000), os Estamentos seriam associações políticas pelas quais os quadros administrativos, que dependiam do detentor do poder, controlavam de forma autônoma os meios materiais, exatamente como ocorria com a Coroa Portuguesa.



Esses estamentos possuíam um caráter de estratificação, que se definia através do direito de nascimento, demonstrado pelo status social. Por exemplo, se o indivíduo fosse plebeu de nascimento, não poderia, em nenhum momento de sua vida, se tornar parte da nobreza. Já com o advento do capitalismo, isso se difere a partir do momento em que surgem as classes sociais, em que há uma mobilidade social através de acordos econômicos, rearranjando toda a estrutura da sociedade.

O estamento se organiza economicamente através de uma característica patrimonial, em que as propriedades eram administradas de forma autônoma pelo seu senhor e seus recursos eram abastecidos por si, fossem eles de subsistência fossem de batalha, visto que tudo pertencia ao seu patrimônio. Os membros da “Casa” ou os “plebeus” (WEBER, 1982, p. 102) fortaleciam o poder desse senhor pela dependência que os ligavam a ele. Os plebeus dependiam dos bens materiais do senhor, pois não possuía honra social própria, nem encontrava apoio “em nenhum poder rival próprio”.

O mesmo fato que identificamos em Weber (1982) encontramos em Faoro (2000) quando ele afirma que as propriedades rurais se confundiam com o domínio da casa real, o que permitia usar os produtos resultantes das propriedades, tanto nas necessidades coletivas como nas pessoais, através de circunstâncias em que não se distinguiam o bem público do bem particular do príncipe. (FAORO, 2000). Dessa forma, o rei detinha para o poder quantitativo (as propriedades de terra) e o qualitativo (a chefia da guerra), cabendo a ele o direito de reinar (*regnare*).

Uma vez retirados os direitos das mãos da nobreza e empunhados nas mãos do soberano, podemos perceber que o controle patrimonialista desse Estado centralizador é o instrumento de poder no estamento. Esse patrimonialismo é justificado na pessoa do rei, que reina através de um poder particular. É visível a indiferença desse Estado patrimonialista aos interesses da nação, o que traduz o real distanciamento existente das necessidades do restante da sociedade do estamento. Dessa forma, nunca se conseguiu diferenciar o Estado da economia ou

da sociedade civil – o que inviabilizava gerar normas e códigos próprios, parecendo não existir um tipo de forte de patrimonialismo institucional como instrumento que sabotava as tentativas de modernização do Estado. Foi isso que o Estado brasileiro herdou e que interfere na nossa trajetória histórica, influenciando-a.

Esse interesse particularista do soberano português é bem explícito em nossas elites políticas, as quais também confundem os bens públicos com os privados, sancionando alguns poucos benefícios ao povo para que se mantenha leal aos seus representantes, mantendo-os no poder; porém, quando lá estão, seguem a mesma trajetória de descaso com a nação como fazia o rei de Portugal descrito por Faoro. (2000).

Verificamos, a seguir, algumas dessas trajetórias, especificamente no caso de Itaperuna, cidade do noroeste fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

#### **4 PATH DEPENDENCE NAS RELAÇÕES POLÍTICAS DE ITAPERUNA: as micro-lealdades**

Buscando verificar as raízes nas quais se fundamentam as relações políticas de Itaperuna, verificamos que há uma forte ligação com as heranças paternalista/patrimonialistas em tais conjunturas. Itaperuna é uma cidade do noroeste fluminense que possui 89.406 habitantes, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2003 (DADOS, 2009). É a cidade referencial em sua região, como polo econômico e educacional. Identificamos então sua importância nessa região, o que aumenta nosso interesse pela mesma.

Nesse momento, baseamos este artigo nos trabalhos acadêmicos realizados na região noroeste fluminense, destacando o trabalho de Alves “A construção de micro-lealdades nas associações de moradores” (2006), o qual enfatiza seu discurso acerca de como as associações de moradores de bairros possui uma importância para a participação política dos cidadãos na formulação de políticas públicas,



criando e legitimando as micro-lealdades por ele debatidas. Porém, essas associações não são valorizadas, nem pelo poder público, nem pelos próprios cidadãos, como o autor aborda no decorrer do trabalho.

Alves (2006) trata as associações como uma camada de grande movimentação de relações políticas, nas quais o cidadão é inteiramente participante, legitimando assim as políticas públicas criadas nesse local. A constituição de tais associações é criticada pelo autor como frágil. Ele aponta uma série de deficiências, tais como:

- deficiência da participação pública dos moradores;
- poucas eleições para presidente (ou, quando há eleições, geralmente são eleitos os mesmos presidentes);
- associações inexpressivas, quase não contestam leis a favor da população local, gerando uma acomodação geral;
- inadequação dos regimentos internos à realidade do bairro, sendo, em sua maioria, cópias de outros regulamentos, o que os tornam muitas vezes restritivos à participação da *demos*.

Esses fatores geram, para o autor, um mecanismo inverso que, ao invés de proteger o cidadão, retira suas garantias e restringe seu poder de ação. Verificamos assim como a acomodação e as cópias de modelos são constantes na política desse município. Tal situação demonstra que há ainda resquícios da herança colonial, da mudança de fora para dentro. (FAORO, 2000). Alves também identifica variadas irregularidades na constituição dessas associações, que permitem a criação de micro-lealdades de bairros aos representantes políticos.

Outro fator apontado pelo autor é como essas associações são usadas por representantes políticos, ou candidatos a representantes locais para angariar votos e lealdades, demarcando o município como currais eleitorais, ou utilizando um termo mais apropriado restaurando os “clãs eleitorais” (VIANNA apud RODRÍGUEZ, 1997), que, antes, no período da colonização dessa região, eram denominados por “clãs rurais”.

O termo “clãs rurais” nasce em Oliveira Vianna (1987), teórico brasileiro do início do século XX, para denominar as relações que existiam nas antigas fazendas que eram vistas como polos de organização social, formados por uma hierarquia que se estendia do “colono” ao “patrão”. Com a modernização, essas relações de clãs deixaram de ser rurais para se tornarem eleitorais. Essa relação foi transpassada com o tempo para os representantes políticos locais que utilizam da mesma trajetória de “cabresto” para alcançar votos, mas hoje de uma forma mais “gentil”, usando o clientelismo com a população para alcançar seus objetivos na política.

Vemos, dessa forma, a forte herança paternalista/patrimonialista enraizada nas relações políticas do país e dessa cidade, desde sua colonização, e ainda presente nas ações dos cidadãos, coagindo-as, seja formal seja informalmente.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na tentativa de demonstrar como as relações paternalista/patrimonialistas ainda estão presentes nas escolhas políticas no cenário brasileiro, percorremos leituras e pesquisas que demonstram como isso está presente em nossa realidade. Tomamos como exemplo de tais ações o município de Itaperuna que ainda possui essas relações em seu interior e como são perpetuadas por instituições que deveriam extingui-las ou diminuí-las, como analisado nas associações de moradores, pesquisadas por Alves.

O Estado brasileiro ainda parece incapaz de exercer o poder que lhe é concedido democraticamente: governar em benefício de todos. Pelo contrário, governa em favor próprio, tendo seus representantes como principal intuito de se manter no poder, criando para si redes de lealdades, como visto no caso das associações. Dessa forma, podemos observar, ainda hoje, o princípio da personalidade enraizado no Estado brasileiro, recaindo o peso para a sociedade civil.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Geismar de Freitas. **A construção de micro-lealdades nas associações de moradores**. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdades Integradas Padre Humberto. Orientador: Frederico Carlos de Sá Costa. 2006.

DADOS sobre o município de Itaperuna em:  
<http://www.cide.rj.gov.br/Cidinho/municipio/itaperuna.pdf>  
Acessado em 30/06/2009.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Vol. 1 e 2. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. **Path dependency e os Estudos Históricos Comparados**. Artigo apresentado no XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA da Associação Nacional de História – ANPUH – 2007.

OLIVEIRA VIANNA. **Populações Meridionais do Brasil**. Niterói, RJ: UFF, 1987.

PERES, P. S. Comportamento ou Instituições? A Evolução Histórica do Neo-Institucionalismo da Ciência Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 53-72, 2008.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado Brasileiro**. Londrina: UEL, 1997.

SKOCPOL, Theda; EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich (eds.). **Bringing the State Back**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Trad. Waltensir Dutra. Rev. Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.